



CÂMARA DOS DEPUTADO
REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019
(Do Sr. João H. Campos)

Solicita ao Ministro do Desenvolvimento Regional informações quanto às providências que estão sendo adotadas pela administração pública federal, direta e indireta, face o rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho (MG).

Com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Regional que permitam a esta Casa conhecer quais às providências estão sendo tomadas face o rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho (MG), no âmbito da administração pública federal, direta e indireta.

JUSTIFICAÇÃO

Passados 3 (três) anos do rompimento da barragem de Fundão, na cidade mineira de Mariana, considerado o maior desastre ambiental da história brasileira e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo ainda sentem os impactos sociais, econômicos e ambientais. A tragédia deixou um lastro de dezenove pessoas mortas e quase mil e trezentos desabrigados. Os rejeitos atingiram o Rio Doce e seus afluentes, afetaram 35 cidades, destruíram comunidades inteiras e deixaram milhares de moradores da região sem água e sem trabalho.



CÂMARA DOS DEPUTADO

Foram encontradas cerca de onze toneladas de peixes mortos (oito em Minas e três no Espírito Santo) e mil quinhentos hectares de vegetação foram destruídos.

A sociedade brasileira acompanhou os relatos da tragédia com comoção e também com indignação. E o sentimento de que o desastre poderia ter sido evitado foi potencializado pela sensação de que muito pouco foi feito pelo poder público como resposta ao incidente.

Enquanto o país aguardava respostas, foi surpreendido com um novo revés. A catástrofe em Brumadinho parece seguir o mesmo roteiro. Para que isto não aconteça, para que a impunidade e a negligência não façam novas vítimas, nosso mandato exercerá a necessária vigilância sobre a ação ou omissão da administração pública. Para tanto, dentro das prerrogativas constitucionais da Câmara dos Deputados, solicitamos do Sr. Ministro do Desenvolvimento Regional, as informações sobre quais providências estão sendo tomadas frente o rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão.

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 2019.

Deputado **JOÃO H. CAMPOS**
PSB-PE